



Relatora do PE defende um papel ativo de Portugal no debate

# Mudança na política económica europeia?

**Maria João Rodrigues**

Há ou não que mudar a política económica europeia? O Parlamento Europeu (PE) acaba de concluir que sim, na sua resolução recém-votada em plenário, sobre as prioridades da política económica e social a serem prosseguidas pela UE e os seus Estados-membros, nos seus planos anuais de reforma e de estabilidade e crescimento, vulgo PEC. As implicações para Portugal não podem ser mais diretas.

Num momento particularmente difícil da história da construção europeia, em que se conjugam várias crises e novas ameaças externas, a mensagem política do Parlamento é clara: há que reforçar a coesão interna dos cidadãos europeus e, a condição básica para tal, é conseguir um relançamento económico mais forte, que permita realmente reduzir o desemprego e as desigualdades sociais.

O chamado semestre europeu não pode ser mais uma máquina de imposição de austeridade míope e uma via para o empobrecimento de alguns países, tal como funcionou nos últimos anos. É preciso que esta coordenação de políticas seja norteada

pela estratégia de crescimento e emprego Europa 2020, que os anos de crise quase fizeram esquecer. E é preciso que o *policy mix* europeu passe a falar, não apenas de consolidação orçamental e reformas, mas também do reforço do investimento e da procura interna, a par das exportações.

Quanto às reformas estruturais, diz o PE que agora é preciso reorientá-las para as que visam reforçar o potencial de crescimento, como as da educação e da inovação, melhorar a sustentabilidade e cobertura do sistema de proteção social e melhorar a administração pública, na qualidade dos serviços prestados e na coleta de impostos.

Na política orçamental, a tonalidade muda também: deve pautar-se pela responsabilidade, mas estabelece-se um novo equilíbrio entre a promoção do crescimento, o respeito dos direitos sociais dos cidadãos e a sustentabilidade da dívida.

Mas é na gestão e governação da zona euro que o PE conseguiu alcançar um aprofundamento de maior relevo. Concluiu que, face ao grande défice de investimento, é preciso repartir o esforço para o colmatar entre os seus Estados-membros, particularmente os que dispõem de maior margem orçamental para tal. Do mesmo modo, os países com maior excedente externo de-

vem expandir a sua procura interna, para benefício próprio e dos demais países. Esta questão é também crucial para que países menos competitivos não sejam obrigados a processos de desvalorização interna, em que a recuperação da competitividade se baseia no corte de salários e da proteção social, como se tem assistido até agora. Pelo contrário, para que a zona euro sobreviva a prazo, é preciso organizar um processo de convergência para melhores padrões económicos e sociais.

Este processo exigirá certamente um esforço próprio de cada Estado-membro, com base em reformas e investimentos, mas este esforço terá também de contar com apoio de instrumentos próprios da União Económica e Monetária, que ainda estão por criar: uma união bancária, que só estará completa quando houver um seguro comum de depósitos, e uma capacidade orçamental da zona euro baseada numa política mais coordenada de impostos.

Será bom que o debate em Portugal tire partido do que poderá mudar ao nível europeu. E, por força das crises, algo começa a mudar de facto. Por um jogo de forças que opera de forma surda dentro do Conselho, de forma mais aberta no Parlamento Europeu.